



A PROBLEMÁTICA DO RACISMO NO COTIDIANO ESCOLAR: PERSPECTIVAS DA PESQUISA-AÇÃO PARA A INTERVENÇÃO DOCENTE

Daniela Aragão Silva¹

Josélia Gomes Neves²

RESUMO:

O presente trabalho trata de uma sistematização inicial sobre a problemática da discriminação étnico-racial no Instituto Federal de Rondônia – Campus Cacoal. Faz parte do estudo em andamento, intitulado: “A problemática do racismo na escola: perspectivas da pesquisa-ação para a intervenção docente”, realizado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Escolar (MEPE) da Universidade Federal de Rondônia. A metodologia proposta ancora-se na Pesquisa Narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 11) a nosso ver adequada para este estudo. Até o momento foi possível inferir que, se por um lado oficialmente não há registros de discriminação racial nesta instituição, por outro, há afirmações de estudantes que sustentam o contrário, que existem práticas discriminatórias neste ambiente escolar, o que demanda ações para o seu enfrentamento.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito. Discriminação racial. Escola.

Introdução

Nos últimos tempos, a população brasileira tem se defrontado quase que diariamente com o recrudescimento de ações que incidem em crimes de racismo ou injúria racial em diversas regiões do país. Essas ações visibilizadas pelas novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) tem alimentado cada vez mais o debate sobre a prática de racismo nos diversos setores da sociedade, com casos amplamente divulgados nos programas televisivos ou comentado e compartilhado nas redes sociais.

O último caso teve um desfecho trágico e ocorreu no Maranhão com o linchamento de Cleidenilson Pereira Silva, negro e favelado, 29 anos, acusado de ter cometido um assalto,

¹ Instituto Federal de Educação (IFRO)

² Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)



amarrado a um poste e espancado até a morte em São Luís. Isto porque, o país dispõe de legislação específica desde 1951 quando se aprovou a Lei 1390/51 (Lei Afonso Arinos) e mais recente, a lei 7.716/89 (Lei Caó), determinando a igualdade racial e o crime de intolerância religiosa.

Vale acrescentar que o estudo de temas desta natureza envolvem dois termos que não podem ser separados: preconceito e discriminação. Em trabalho recente, Neves (2016) discute a forma como se produz tanto o preconceito - como a discriminação direcionada aos Povos Indígenas. Compreende o preconceito como pensamento, uma ideia inicial, pré-julgamento sem muita sustentação reflexiva. Já a discriminação significa a materialização propriamente dita do pensamento. É o ato de segregação, de tratamento parcial com evidentes prejuízos pessoais em função de diferenças de gênero, cultura, raça, religião, geração, dentre outras.

A discriminação na atualidade apresenta-se muitas vezes camuflada, até porque como defende Silva (2008, p. 95), “[...] os discursos, no geral, negam a existência de discriminação racial e procuram disfarçá-la, buscam reiterar os ideários da democracia racial e da fabula das três raças, reafirmando estereótipos racistas, grande parte das vezes de forma indireta”.

Escola e discriminação racial

A escola como instituição que engloba significativos grupos sociais, não pode se ausentar do processo de enfrentamento, quando se pensa a educação em uma perspectiva de problematização e transformação social: “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67). Nesta perspectiva, há necessidade de reinvenção na busca de trabalhar o combate a quaisquer tipos de preconceitos com elaboração de instrumentos próprios, sem esperar por políticas públicas governamentais para começar a agir.

Sobre a função da escola, Araújo (1988, p. 44) afirma que,

O papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também o de corresponsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os seus aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática. (ARAÚJO, 1988, p.44)



Nesta direção, o documento Pluralidade Cultural – (PCN), que apesar de todas as críticas sobre sua perspectiva, a da ênfase na diversidade de povos como objeto de mera constatação colonial ou de suposta harmonia entre as culturas (GIMÉNEZ ROMERO, 2003), avaliamos que minimamente pauta a temática das diferenças culturais no currículo brasileiro. Apresenta alguns elementos úteis para que o trabalho contra o racismo na escola possa ser iniciado ao sugerir um conjunto de ações de docentes, gestores, técnicos e comunidade em geral, que vivenciam no cotidiano as práticas discriminatórias e desigualdade excludentes para parcelas de homens e mulheres, principalmente negros e pobres. Neste sentido, o PCN (BRASIL, 2001, p. 21) adverte para a complexidade que envolve o tema, pois:

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. (BRASIL, 2001, p. 21)

Assim, o caminho tem sido marcado por avanços e retrocessos, evidenciando que no Brasil, a situação já foi mais grave num passado histórico assustador, quando se teorizava o seguinte: “[...] o fato de ser o branco foi assumido como condição humana normativa e o de ser negro necessitava de uma explicação científica. Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma” (MUNANGA, 1988, p. 15).

Em relação à compreensão conceptual do termo discriminação étnico- racial nos aproximamos do entendimento explicitado no documento do Ministério da Educação (MEC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas:

[...] se entende por raça a construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVIII e hoje sobejamente superado. Cabe esclarecer que o termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira. Contudo, o termo foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um



sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos. É importante, também, explicar que o emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, européia e asiática. (BRASIL, 2004, p.13).

Nas escolas rondonienses, não se tem dados precisos sobre relações discriminatórias e excludentes contra etnia, cor ou religião, mas é sabido por meio de relatos informais dos professores que é uma prática comum. Há de se considerar que a colonização do estado ocorreu por processos de migração e o povoamento do Vale do Guaporé, que inclui algumas cidades fronteiriças com a Bolívia, tem sua população majoritariamente negra, consequência do remanejamento forçados de escravos africanos para trabalhar nas minas de ouro da região no século XVIII.

Existe ainda um precedente a mais: a sociedade, além do negro, tem como vítima do preconceito, os povos indígenas, vistos com desprezo pelo poder dominante que interpretam que estes setores representam obstáculos ao desenvolvimento. Como afirma Lopes (2007, p. 19), ao conceituar essa prática arraigada nos agrupamentos sociais elitistas e setores da classe média, “[...] o racismo é uma ilusão de superioridade. O racista se acha superior àquele a quem se compara: ele nasceu pra mandar e o outro, visto como inferior a ele, para obedecer. O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa”.

Mas como essa violência prevalece em num país em que 54 por cento da população (BRASIL, 2015), é formada por negros e pardos? Estes dados mobilizam o pensar sobre a discriminação racial e no âmbito da escola é de fundamental importância assumir o tema como sua responsabilidade histórica de contribuição na transformação da sociedade.

Relevância social e educacional da abordagem da discriminação étnico-racial

A inexistência de pesquisas realizadas sobre a temática no âmbito do Instituto Federal de Rondônia, mais especificamente no campus Cacoal nos remete à reflexão do quanto a pesquisa será relevante para os que ali convivem. Podemos comprovar tal afirmativa (de que não há estudo sobre a temática) fazendo uma busca apurada na biblioteca digital de banco de teses e dissertações da Capes.



Entendemos que este tipo de estudo vem corroborar para a ampliação de conhecimentos por parte de quem, principalmente, vive no meio escolar, abrangendo professores e estudantes, além de termos uma comprovação científica de que realmente vivemos em uma sociedade discriminatória e intolerante com as diferenças étnico-raciais.

Para este trabalho adotaremos a pesquisa narrativa proposta por Clandinin e Connelly (2011, p. 11), considerando que, “[...] a razão principal para o uso de narrativa na investigação educativa é que nós humanos somos organismos contadores de histórias, organismos que individual e socialmente vivemos vidas relatadas. O estudo da narrativa, portanto, é o estudo da forma pela qual experimentamos o mundo. [...]”.

Estudos sobre a discriminação étnico-racial tem tido uma visibilidade muito grande. Entendemos que isso acontece em função das situações diárias que evidenciam diferentes formas de preconceitos. No Brasil, nas redes sociais essa problemática tem se manifestado através de vários casos que tem problematizado a sociedade para combater e buscar uma solução onde as pessoas possam viver suas diferenças sem serem menosprezadas.

Desde o ano passado temos observado situações de constrangimento por parte dos estudantes que sofrem este tipo de exclusão no meio escolar e os setores responsáveis tanto quanto os professores não conseguem minimizar ou até mesmo extinguir essas práticas discriminatórias.

Os *campus* do IFRO têm uma estrutura organizacional adequada baseada na atuação de uma multiplicidade de profissionais. Neste caso, a pesquisa poderá ser útil na socialização e intercâmbio dos resultados com outras escolas das redes estadual e municipal de Rondônia. Outro aspecto primordial é que esta pesquisa-ação (THIOLLENT, 2011) pretende dar suporte à intervenção docente em casos graves de racismos, atuando sempre em defesa da igualdade racial e proteção dos direitos.

Do aparente racismo velado

A escolha pelo campo da pesquisa foi feita de forma muito simples e prática. Escolhemos o Instituto Federal de Rondônia – Campus Cacoal por este ser nosso ambiente de



trabalho. Entendemos que ao fazer essa escolha poderíamos ter uma maior flexibilidade e acessibilidade no que tange às pessoas que serão envolvidas para a obtenção das informações. A escolha foi feita no sentido absolutamente prático, de que esta pesquisadora terá diariamente informações dos acontecimentos acerca do objeto/questão pesquisada.

Assim, o Campus Cacoal localiza-se na zona rural do município de Cacoal transformado oficialmente em campus a partir do ano de 2012, pois anteriormente era o Campus Avançado de outra unidade, o de Ji-Paraná. Hoje, com mais de setenta servidores entre técnicos administrativos e docentes, oferece cursos na modalidade a distância e presencial. Por situar-se em uma região que abrange vários municípios limítrofes e estar numa área rural, os estudantes matriculados pertencem a camadas heterogêneas, no que se refere social, econômico, gênero, racial.

Em mãos com o Termo de Concordância da Pesquisa aceito pela direção geral do campus para iniciar os trabalhos, fizemos o primeiro contato com o setor responsável em nos disponibilizar as informações que servirão como base inicial da pesquisa: a Coordenação de Assistência ao Educando, setor vinculado à Diretoria de Ensino. Dentre suas competências busca contribuir na prevenção de dificuldades que possam interferir no bom inter-relacionamento entre todos que integram a comunidade acadêmica. Fomos informadas de que no Campus nunca houve nenhum “caso registrado” de racismo, injúria ou mesmo de discriminação.

No entanto o processo de coleta inicial de narrativas junto aos estudantes contraria esta afirmação. Das cinco meninas (três são negras e duas são brancas) e três meninos (dois se autodeclararam negros e um branco) que aceitaram participar do estudo, afirmaram já ter vivido ou assistido constrangimentos de natureza étnico-racial. Nos encontros realizados até o momento, foi possível levantar dados que autorizam interpretar que a discriminação étnico-racial tem se manifestado no IFRO – Campus Cacoal no que se refere a questão racial e a orientação sexual.

O silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação raciais nas diversas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipos entre negros e brancos sejam entendidas como de desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou constroem os negros como sinônimos de seres inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o



florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos, como também nos embrutece ao longo de nossas vidas (CAVALLEIRO, ANO, p. 11)

Com base nessa informação desconfiamos que se deve dar uma ênfase maior ao que chamamos de “discriminação racial de forma velada”, expressa na compreensão de que há uma hierarquia de grupos sociais determinada por um conjunto de atributos físicos:

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de denominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorâncias e interesses combinados, como se vê. (SANTOS, 1990, p. 12)

Embora a concepção de um mundo organizado a partir de organizações hierárquicas baseadas no quesito raça tenha sido há muito problematizado, no plano social esta repercussão se evidencia diariamente em desfavor das pessoas negras, daí a necessidade de se produzir práticas e medidas, sobretudo no âmbito de políticas públicas para o seu enfrentamento:

[...] 'raça' é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural..., ...trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais... A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de 'raça' permite - ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos -, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (GUIMARÃES, 1999, p. 9)

Essa forma de racismo velado é tão violenta quanto à forma direta, expressa. Pois impende que tal seja debatido, discutido. A ideia falsa e enraizada em nossa sociedade que o Brasil é um país com uma democracia racial implantada, dificulta ainda mais as discussões no espaço escolar. Espaço este que aflora as atitudes veladas cotidianamente.

Considerações finais

Assim, podemos então, a partir da parte inicial da pesquisa, extrair do primeiro passo que os setores responsáveis pela assistência estudantil da escola estudada não dispõe de registros de ocorrências ou denúncias de práticas de racismo, injúria ou algo semelhante.

Isso, portanto, corrobora e nos traz a lume a questão evidente da famosa “democracia racial”, esta que perdura e dá ao Brasil - ao menos na visão do estrangeiro, desde a publicação



da grande obra: Casa Grande e Senzala de Gilberto Freyre, que sem dúvida foi um dos que difundiu tal imagem, imagem essa de que no nosso País não há preconceito quanto à raça ou qualquer etnia.

Portanto, vimos à importância nessa construção inicial da realização deste estudo, considerando principalmente a complexidade do tema. Se por um lado há a informação oficial de quem responde pelo setor inicialmente de que “aqui tá tudo bem, não vivemos isso (racismo)”, por outro, há evidências de que há práticas de discriminação racial na perspectiva das narrativas de quem sofre esta violação, o que justifica a necessidade de continuação do estudo na perspectiva que o ambiente escolar além da reprodução pode operar com a transformação das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. F. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira**. In: AQUINO, Júlio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5. ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas**. Brasília: Secad/MEC, 2004.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais; Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Ministério da Educação; 2001.
- _____. **IBGE. 2010**. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/cor-ou-raca.html> Acesso 13/02/2017.
- CAVALLEIRO, Eliane S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e histórias na pesquisa qualitativa**. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GIMÉNEZ ROMERO, Carlos. Pluralismo, multiculturalismo e interculturalidad. *Educación y futuro: revista de investigación aplicada y experiencias educativas*, n.8, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2044239.pdf> Acesso: 6/3/2017.



MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

NEVES, Josélia Gomes. **Internet, pra que te quero?** Evidências de preconceito e discriminação contra indígenas nas redes sociais no Brasil e em Ji-Paraná-RO. Anais do IX Seminário de Educação, v.1, p. 966. 2016. Ji-Paraná.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. **Racismo em livros didáticos na escola:** estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa. São Paulo: Autêntica, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação.** Cortez. São Paulo: 2011